

# Sumário

---

*Apresentação*, xvii

*Prefácio*, xix

*Nota à 4ª edição*, xxi

## **1 Introdução ao processo penal, 1**

- 1.1 O direito de punir (*jus puniendi*) (latim: *jus* = direito; *puniendi*: punição), 1
- 1.2 A pena e o direito de liberdade, 3
- 1.3 A lide penal, 4
- 1.4 Conceito de processo, 5
- 1.5 Natureza jurídica do Direito Processual Penal, 6
  - 1.5.1 Relação com as demais ciências, 7
- 1.6 Conteúdo e conceito do Direito Processual Penal, 8
- 1.7 Autonomia do Direito Processual Penal, 9
- 1.8 Fontes das normas processuais penais, 9
- 1.9 Aplicação e interpretação da lei processual penal, 13
  - 1.9.1 Integração do processo penal, 13
  - 1.9.2 Hermenêutica processual penal, 15
  - 1.9.3 Modalidades (formas) de interpretação, 15
- 1.10 Sistemas processuais penais, 20
  - 1.10.1 Sistema inquisitório ou inquisitivo, 21
  - 1.10.2 Sistema acusatório, 21
  - 1.10.3 Sistema misto, 22
  - 1.10.4 Processo penal brasileiro, 23

## 2 Norma processual penal no tempo e no espaço, 24

- 2.1 Conceito e classificações da norma processual penal, 24
  - 2.1.1 Elementos da norma processual penal, 24
  - 2.1.2 Espécies de normas processuais penais, 26
- 2.2 Caracteres da norma processual penal, 26
  - 2.2.1 Norma processual penal no tempo, 26
  - 2.2.2 Norma processual no espaço, 32

## 3 Princípios do processo penal, 35

- 3.1 Conceito, 35
- 3.2 A Constituição e o processo penal, 35
- 3.3 Princípios processuais penais, 37
- 3.4 Garantias constitucionais, 42

## 4 Inquérito policial, 46

- 4.1 Persecução penal, 46
  - 4.1.1 Conceito de persecução, 46
  - 4.1.2 Polícia Judiciária, 49
- 4.2 Inquérito policial, 50
  - 4.2.1 Finalidade do inquérito policial, 51
  - 4.2.2 Inquéritos extrapoliciais, 51
  - 4.2.3 Atribuição do inquérito policial, 51
  - 4.2.4 Dispensabilidade do inquérito policial, 52
  - 4.2.5 Natureza do inquérito policial (características), 52
  - 4.2.6 Incomunicabilidade do indiciado, 54
  - 4.2.7 *Notitia criminis*, 55
  - 4.2.8 Início do inquérito policial, 55
  - 4.2.9 Prazos, relatório e pedido de diligências, 62
  - 4.2.10 Encerramento e o arquivamento do inquérito, 63

## 5 Ação penal, 67

- 5.1 Conceito de ação penal, 67
- 5.2 Condições da ação penal (ou condições de procedibilidade), 68
  - 5.2.1 Legitimidade *ad causam*, 69
  - 5.2.2 Interesse de agir, 69
  - 5.2.3 Possibilidade jurídica do pedido, 70
- 5.2-A Pressupostos processuais, 70
- 5.3 Classificação da ação penal com base na tutela jurisdicional, 71
- 5.4 Classificação subjetiva da ação penal, 71
- 5.5 Ação penal pública incondicionada, 71
  - 5.5.1 Princípios da ação penal pública, 71
- 5.6 Início da ação penal pública, 73
- 5.7 Ação penal pública condicionada, 75

- 5.7.1 Legitimidade para representação, 76
- 5.7.2 Requisição do Ministro da Justiça, 78
- 5.7.3 Ação penal pública subsidiária da pública, 78
- 5.7.4 Ação penal popular, 79
- 5.7.5 Ação penal secundária, 79
- 5.7.6 Ação penal adesiva, 79
- 5.8 Ação penal privada, 79
  - 5.8.1 Princípios, 80
  - 5.8.2 Legitimidade *ad causam* e *ad processum*, 81
  - 5.8.3 Prazo para o exercício da ação penal privada, 82
- 5.9 Forma de identificação da ação penal, 82
- 5.10 Ação civil, 83

## 6 Jurisdição e competência, 85

- 6.1 Jurisdição, 85
  - 6.1.1 Elementos da jurisdição, 86
  - 6.1.2 Conteúdo da jurisdição, 86
  - 6.1.3 Princípios sobre a jurisdição (*iurisdictio*), 87
  - 6.1.4 Classificações, 89
- 6.2 Competência, 90
  - 6.2.A Competência material e competência funcional, 90
  - 6.2.B Prorrogação, delegação e desaforamento, 91
  - 6.2.C Definição da competência, 91
  - 6.2.D Juízo comum, especial e subsidiário, 92
  - 6.2.E Competência absoluta e relativa, 92
    - 6.2.1 Competência em razão do lugar da infração, 92
    - 6.2.2 Competência baseada no domicílio do réu (art. 72, *caput*, do CPP), 94
    - 6.2.3 Competência pela qualidade do delito (art. 74), 95
    - 6.2.4 Competência por distribuição, 97
    - 6.2.5 Competência por prevenção (art. 83 do CPP), 98
    - 6.2.6 Competência em razão da prerrogativa de função, 98
    - 6.2.7 Conexão e continência, 100

## 7 Questões e processos incidentes, 115

- 7.1 Questões prejudiciais, 115
  - 7.1.1 Classificação, 116
- 7.2 Exceções, 117
  - 7.2.1 Hipóteses de exceção, 118
- 7.3 Restituição de coisas apreendidas, 121
- 7.4 Medidas assecuratórias, 122
  - 7.4.1 Sequestro, 122
  - 7.4.2 Especialização da hipoteca legal e arresto, 123

- 7.5 Incidente de falsidade, 125
- 7.6 Incidente de insanidade mental do acusado, 126

## 8 Prova, 129

- 8.1 Teoria geral da prova. Conceito, 129
- 8.2 Objetivo (escopo) da prova, 129
- 8.3 Objeto, 130
  - 8.3.1 Fatos que independem de prova, 130
  - 8.3.2 Fatos que dependem de prova, 132
  - 8.3.3 Prova do direito (a lei), 132
  - 8.3.4 Prova proibida, 133
  - 8.3.5 Inviolabilidade do advogado, 143
- 8.4 Classificação da prova quanto ao objeto, 144
  - 8.4.1 Direta ou histórica, 144
  - 8.4.2 Indireta ou crítica, 144
- 8.5 Classificação da prova quanto ao seu efeito ou valor, 145
  - 8.5.1 Prova plena, 145
  - 8.5.2 Prova não plena, 145
- 8.6 Classificação da prova quanto ao sujeito ou causa, 145
  - 8.6.1 Prova real (coisa), 145
  - 8.6.2 Prova pessoal, 145
- 8.7 Classificação da prova quanto à forma ou aparência, 145
  - 8.7.1 Prova pessoal, 145
  - 8.7.2 Prova documental, 146
  - 8.7.3 Prova material, 146
- 8.8 Meios de prova, 146
  - 8.8.1 Restrições aos meios de provas (arts. 155 e 158 do CPP) e produção de provas ilícitas ou ilegítimas, 147
- 8.9 Ônus da prova (art. 156 do CPP), 147
  - 8.9.1 Conceito, 148
  - 8.9.2 Encargo do ônus da prova (*onus probandi* – incumbe a quem fizer – CPP, art. 156, 1ª parte), 148
- 8.10 Procedimento probatório, 149
- 8.11 Prova emprestada, 150
- 8.12 Álibi (significa “em outra parte”, “em outro local”), 150
- 8.13 Sistemas de apreciação, 150
  - 8.13.1 Sistema ordálio, 150
  - 8.13.2 Sistema da certeza moral do juiz (ou da íntima convicção), 150
  - 8.13.3 Sistema da certeza moral do legislador (ou sistema da prova legal), 151
  - 8.13.4 Sistema da livre convicção (ou do livre convencimento), 151
- 8.14 Princípios gerais das provas, 152
  - 8.14.1 Princípio da autorresponsabilidade, 152
  - 8.14.2 Princípio da prova contraditória, 152

- 8.14.3 Princípio da aquisição ou comunhão da prova, 152
- 8.14.4 Princípio da oralidade, 152
- 8.14.5 Princípio da concentração, 152
- 8.14.6 Princípio da publicidade (arts. 5º, LX, e 93, IX, da CF), 153
- 8.14.7 Princípio do livre convencimento motivado, 153
- 8.14.8 Princípio da busca da verdade real, 153
- 8.15 Das provas em geral (arts. 158 ss do CPP), 154
  - 8.15.1 Das perícias em geral e do exame de corpo de delito (arts. 158 a 184 do CPP), 154
  - 8.15.2 Do interrogatório do acusado (arts. 185 a 196 do CPP), 161
  - 8.15.3 Confissão (arts. 197 a 200 do CPP), 164
  - 8.15.4 Reconhecimento de pessoas e coisas (arts. 226 a 228 do CPP), 166
  - 8.15.5 Das perguntas ao ofendido (art. 201 do CPP), 168
  - 8.15.6 Da prova testemunhal, 169
  - 8.15.7 Da acareação (arts. 229 e 230 do CPP), 177
  - 8.15.8 Dos documentos (arts. 231 a 238 do CPP), 178
  - 8.15.9 Dos indícios (art. 239 do CPP), 180
  - 8.15.10 Busca e apreensão (arts. 240 a 250 do CPP), 181

## **9 Sujeitos da relação processual penal, 184**

- 9.1 Processo e procedimento, 184
- 9.2 Sujeitos principais e secundários, 185
- 9.3 Juiz, 186
- 9.4 Partes no processo penal, 190
- 9.5 Ministério Público, 192
- 9.6 O acusado, 194
- 9.7 Defensor, 196
- 9.8 O ofendido e sua atuação no processo penal: querelante, assistente e objeto da prova, 198

## **10 Medidas cautelares pessoais (incluindo prisão e liberdade provisória), 200**

- 10.1 Processo cautelar, 200
  - 10.1-A Medidas cautelares pessoais substitutivas da prisão cautelar, 201
    - 10.1.1 Conceito de prisão, 212
    - 10.1.2 Espécies, 212
    - 10.1.3 Prisão em flagrante, 218
    - 10.1.4 Prisão preventiva, 224
    - 10.1.5 Prisão temporária, 227
    - 10.1.6 Prisão por decisão de pronúncia, 228
    - 10.1.7 Prisão por força de sentença condenatória recorrível, 229
- 10.2 Liberdade provisória com ou sem fiança, 230
  - 10.2.1 Crimes com a fiança dispensada, 231
  - 10.2.2 Crimes com arbitramento de fiança, 231
  - 10.2.3 Crimes inafiançáveis, 232

## 11 Atos processuais – citações e intimações, 234

- 11.1 Atos processuais – noções, 234
- 11.2 Citação (arts. 351 a 369 do CPP), 241
  - 11.2.1 Conceito, 241
  - 11.2.2 Modalidades, 242
- 11.3 Intimações, 247
  - 11.3.1 Intimação pessoal, 248
- 11.4 Revelia, 250
  - 11.4.1 Revelia no plenário do júri (art. 457 do CPP), 250
- 11.5 Outros aspectos dos atos processuais, 251

## 12 Procedimentos, 255

- 12.1 Introdução, 255
- 12.2 Procedimento ordinário, 260
  - 12.2.1 Anotações ao procedimento em geral, 261
- 12.3 Procedimento sumário (arts. 531 a 538 do CPP), 272
  - 12.3.1 Procedimento sumaríssimo (art. 394, § 1º, III, do CPP), 273
- 12.4 Procedimentos especiais previstos no Código de Processo Penal, 276
  - 12.4.1 Procedimento do júri, 277
  - 12.4.2 Procedimento dos crimes falimentares, 297
  - 12.4.3 Procedimento dos crimes de responsabilidade de funcionários públicos (arts. 513 a 518, do CPP), 298
  - 12.4.4 Crimes contra a honra (arts. 519 a 523 do CPP), 301
  - 12.4.5 Propriedade imaterial (arts. 524 a 530-I do CPP), 303
- 12.5 Procedimentos previstos na legislação especial, 305
  - 12.5.1 Tóxicos, 305
- 12.6 Procedimento de restauração de autos extraviados ou destruídos (arts. 541 a 548 do CPP), 306
- 12.7 Processo de competência dos tribunais, 307

## 13 Sentença, 310

- 13.1 Teoria geral da sentença, 310
  - 13.1.1 Classificação dos atos judiciais, 310
  - 13.1.2 Requisitos formais da sentença, 313
  - 13.1.3 Sentença absolutória, 313
  - 13.1.4 Sentença condenatória, 317
  - 13.1.5 Correlação entre a denúncia e a condenação (princípio da correlação), 320
  - 13.1.6 Pedido de absolvição do MP, 327
  - 13.1.7 Sentença terminativa de mérito, 327
  - 13.1.8 Sentença concessiva do perdão judicial, 327
  - 13.1.9 Ausência de condição objetiva de punibilidade e escusas absolutórias, 328

- 13.1.10 Absolvição sumária do art. 397 do CPP, 328
- 13.1.11 Reparação *ex delicto*, 329
- 13.1.12 Publicação da sentença, 331
- 13.2 Coisa julgada, 335

## 14 Recursos, 338

- 14.1 Teoria geral dos recursos, 338
- 14.2 Recurso em sentido estrito (Rese), 348
- 14.3 Apelação, 353
- 14.4 Protesto por novo júri (revogado pela Lei nº 11.689/2008), 359
- 14.5 Embargos infringentes e de nulidade (art. 609, parágrafo único, do CPP) e embargos declaratórios, 360
- 14.6 Carta testemunhável (arts. 639 a 646 do CPP), 360
- 14.7 Correição parcial, 361
- 14.8 Recurso especial, 361
- 14.9 Recurso extraordinário, 364
- 14.10 Recurso ordinário constitucional (ROC), 366
  - 14.10-A Agravo regimental, 367
  - 14.10-B Reclamação, 367
  - 14.11 Ações de impugnação, 367
    - 14.11.1 Revisão criminal, 368
    - 14.11.2 *Habeas corpus*, 371
    - 14.11.3 Mandado de segurança criminal, 378

## 15 Nulidades, 383

- 15.1 Introdução, 383
- 15.2 Nulidade e relação processual, 384
  - 15.2.1 Pressupostos de existência da relação jurídica, 384
  - 15.2.2 Pressupostos de validade da relação jurídica, 385
  - 15.2.3 Condições da ação ou condições de procedibilidade, 385
  - 15.2.4 Atos processuais, 386
- 15.3 Conceito de nulidade, 386
  - 15.3.1 Natureza jurídica, 387
- 15.4 Sistema de nulidades, 387
- 15.5 Classificação dos atos processuais, 389
  - 15.5.1 Ato inexistente, 389
  - 15.5.2 Ato nulo, 390
  - 15.5.3 Ato anulável, 392
  - 15.5.4 Ato irregular, 392
  - 15.5.5 Classificação segundo a jurisprudência (prática), 393
  - 15.5.6 Hipótese, 393
- 15.6 Inadmissibilidade da *revisio pro societate*, 393
- 15.7 Momento de arguição e preclusão, 394

- 15.8 O princípio *pas de nullité sans grief*, 394
  - 15.8.1 Aplicação do princípio na hipótese de inversão da ordem de realização das provas, 395
- 15.9 Nulidades em espécie (art. 564 do CPP), 396
  - 15.9.1 A incompetência, a suspeição ou suborno do juiz (art. 564, I, do CPP), 396
  - 15.9.2 A ilegitimidade de parte (art. 564, II, do CPP), 397
  - 15.9.3 Falta de fórmulas ou dos termos (art. 564, III, do CPP), 398
- 15.10 Nulidade relativa: hipóteses e momento de arguição, 408
- 15.11 Saneamento e efeitos, 410

## 16 Processo de execução, 412

- 16.1 Escopo da execução penal, 412
- 16.2 Requisitos para a execução da pena, 412
- 16.3 Natureza do processo de execução, 414
- 16.4 Princípios do processo de execução penal, 414
  - 16.4.1 Princípio da legalidade, 415
  - 16.4.2 Princípio do contraditório e da ampla defesa, 415
  - 16.4.3 Princípio da individualização da pena, 415
  - 16.4.4 Princípio da isonomia, 415
  - 16.4.5 Princípio da personalização da pena, 416
  - 16.4.6 Princípio reeducativo, 416
  - 16.4.7 Princípio da publicidade, 416
- 16.5 Competência da execução penal, 416
- 16.6 Direitos garantidos na execução da pena, 417
- 16.7 Suspensão dos direitos políticos, 417
- 16.8 Cumprimento da pena privativa de liberdade, 417
- 16.9 Guia de recolhimento, 418
- 16.10 Regime de pena e progressão, 418
  - 16.10.1 Prisão albergue domiciliar, 425
  - 16.10.2 Regressão de regime, 426
  - 16.10.3 Regime disciplinar diferenciado, 427
  - 16.10.4 Autorização de saída, 428
  - 16.10.5 Remição, 428
  - 16.10.6 Detração, 430
  - 16.10.7 Penas restritivas de direito, 432
  - 16.10.8 Multa, 432
  - 16.10.9 Medidas de segurança, 433
  - 16.10.10 Incidentes da execução, 434
  - 16.10.11 Agravo em execução, 436
  - 16.10.12 Assistência jurídica pela Defensoria, 437

*Bibliografia*, 439